

TENSÕES EXTERNAS E INTERNAS SOBRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS: FATORES EXPLICATIVOS¹

Guilherme C. Delgado²

Resumo: Este artigo trata de uma situação estrutural determinada - a inserção do setor primário no arranjo macroeconômico externo da economia brasileira, a qual identifica uma pressão conjuntural dos preços dos alimentos (2007-2008). Mudanças conjunturais nos mercados agrícolas, como as ocorridas em 2009, não alteram a situação estrutural de forte dependência do setor primário para obtenção de equilíbrio externo (Conta Corrente do Balanço de Pagamentos). Uma vez retomado o ciclo de expansão da economia mundial, pressões sobre os preços das "commodities", como aquelas apontadas para o biênio 2007-2008, deverão reaparecer.

Palavras-Chave: Mercados Agrícolas; Preço dos Alimentos; Política Econômica.

***Abstract:** This paper deals with an assured structural background - the inclusion of the primary sector into the external macroeconomic context of the Brazilian economy, which identifies a conjunctural pressure on the food prices (2007-2008). Conjunctural changes in the agricultural markets, similar to those occurred in 2009, do not alter the structural condition of strong reliance on the primary sector concerning the attainment of the external balance (Current Account Balance of Installments). Once retaken the worldwide economic cycle, pressures on commodity prices, as those indicated to 2007-2008 biennium, should be in force again.*

Keywords: Agricultural Markets; Food Prices; Economic Policy.

¹Texto originalmente publicado no livro Abastecimento e Segurança Alimentar. O crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, 2008, p.23-32.

²Professor Visitante da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Há um debate aberto na conjuntura sobre as causas prováveis do recente surto de elevação dos preços das "commodities", seja no mercado interno, seja no plano mundial.

Ao nos depararmos com a análise da situação-problema - as causas da elevação recente nos preços dos alimentos no Brasil, - constatamos uma questão que a nosso ver transcende os limites estritamente setoriais (agrícola); apresenta-se um provável sentido estrutural e não apenas conjuntural e é provavelmente uma tendência puxada por diferentes forças, convergentes no sentido de, por diferentes caminhos, gerar um ciclo ascensional de preços. Este, ora é impelido por variáveis externas, mas tem alta probabilidade de prosseguir, alimentado por fatores internos (relacionados à estratégia da política econômica).

Neste trabalho não vamos adotar qualquer exercício econométrico de predição de preços, até porque não acreditamos seja este o caminho adequado para captar as tensões que afetam os mercados agrícolas no presente e que deverão se prolongar no futuro.

O caminho a ser trilhado é o de constatar a situação conjuntural (2007/2008), de forte pressão dos alimentos sobre a inflação (seção II). Admitida esta situação como de origem externa, argumenta-se em seqüência (seção III) sobre a estratégia da política econômica, perseguida no setor externo para equilibrar a Conta Corrente do BP mediante forte apelo às exportações primárias. Essa estratégia realimenta as pressões inflacionárias identificadas.

Finalmente, discute-se nas seções finais o risco de manter essa estratégia para o longo prazo, sob a tríplice ameaça de: repor o desequilíbrio externo, realimentar a tensão inflacionária e/ou promover a estagnação econômica.

A Questão dos Preços dos Alimentos no Debate Conjuntural

A situação entre 2007 e 2008, relativamente a preços internos e internacionais dos principais "food-grains", "feed-grains", carnes e outras proteínas animais, revela mudança significativa de patamares, fato que apurado em todos os índices de preços ao consumidor do período 2007/2008 indica uma tensão inflacionária tipicamente oriunda dos produtos da agropecuária³. Esta situação por si só não teria maior

³Relatório técnico da classificadora de riscos "Standard & Poor's" de 30/04/2008 - data em que reconheceu o grau de investimento ("investment grade") ao Brasil, revela ao mesmo tempo a pressão inflacionária oriunda dos alimentos, puxando o IPC de 3,1% em dezembro/2006 para 4,7% em dez/2007. Atualmente estas taxas anualizadas estão acima de 6,00%, com alta probabilidade de fechar o ano civil acima da meta de inflação do Banco Central, que é de 6,5% a.a.

significação econômica, nem é ela própria uma novidade estatístico-econômica, visto que tensões conjunturais nos preços agrícolas são típicas da volatilidade da produção setorial. Por sua vez, com a economia aberta ao comércio mundial, e a relativa perda da importância dos preços agrícolas, o debate conjuntural desta situação pareceria um exercício descontextualizado e sem maior significação econômico-social. Isto porque pressões estritamente conjunturais dessa natureza auto-corrigem-se no tempo das sucessivas safras agrícolas (em mercados fechados), ou podem até mesmo se corrigir imediatamente com o recurso ao comércio exterior.

Mas a questão de fundo é de outra natureza pelas seguintes razões:

1. a tensão conjuntural no preço das "commodities" agrícolas parece refletir um novo perfil de demanda por produtos agrícolas, puxado pelo crescimento econômico das economias asiáticas – tendo a China e a Índia pelo seu peso demográfico, e agora também econômico, um papel protagônico.

2. A persistente elevação do preço internacional do petróleo converte a substituição energética pelos chamados agro-combustíveis ao formato de políticas orientadas a escala global; e não apenas de experiências nacionais limitadas, como fora o caráter dessas políticas em outras crises de preços do petróleo nos anos 70 e 80 do século passado.

A pressão dos preços do petróleo sobre a oferta agrícola, tensão tipicamente de custos, apresenta caráter mais duradouro, que os choques de demanda. Sua reversão estaria associada a tantos fatores geopolíticos, que é difícil prever caminhos alternativos imediatos, tal o grau de incerteza presente.

Esses dois fatores conjuntos (demanda asiática e preço do petróleo), se considerados apenas como fatos conjunturais, seriam capazes de produzir tensões inflacionárias de curta duração sobre os preços dos alimentos, como as que ora enfrentamos; mas não seria provável que tal tensão se alimentasse permanentemente dos mesmos fatores que ora a impelem, sem respostas de produção e comércio, ao longo do tempo, que a amortecessem. A história econômica é rica em revelar reversão nos ciclos de crescimento dos preços, mediante inovações técnicas na produção e novos investimentos setoriais, que alteram profundamente situações de mercados particulares. Tais mudanças, combinadas com as flutuações de curto prazo das safras agrícolas, poderiam reverter o surto inflacionário das "commodities".

3. Mas a tensão conjuntural sobre os preços dos alimentos pode, no caso brasileiro, virar um problema estrutural para a estabilidade de preços ou para o crescimento econômico (ou ainda para ambos), a depender do processo de ajustamento econômico às crises das "commodities" que venhamos trilhar. Neste sentido, há evidência de que o Brasil vem perseguindo um ajuste conjuntural-estrutural da Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos, onde os requerimentos de exportação

de "food-grains", "feed-grains", "carnes", produtos de origem florestal, agro-combustíveis e produtos minerais passaram a ser imprescindíveis para compensar o desequilíbrio estrutural da "Conta Serviços" e do comércio internacional de bens industrializados de maior intensidade tecnológica. Isto posto, da agricultura e da mineração seria exigido no próximo decênio um crescimento físico das exportações maior que o crescimento da produção desses setores, de forma a se ganhar posições no comércio mundial - preponderantemente nessas cadeias produtivas.

A Situação da Conta Corrente e a Evolução das Exportações Primárias

Antes de qualquer consideração sobre a dinâmica recente das exportações primárias, é preciso situar a "Conta Corrente do Balanço de Pagamentos" naquilo em que esta reflete a essência da inserção externa da economia brasileira. De um lado, a Conta Serviços (col.1 da Tabela 1) que apresenta um déficit estrutural ininterrupto e crescente. Espelha o custo líquido em divisas da remuneração do capital estrangeiro. Esta Conta, ano a ano, revela o custo corrente do Passivo Externo Líquido do Brasil, ou seja, a remuneração em moeda estrangeira desse estoque de capital aqui aplicado (expressa nas diversas rubricas lançadas na contabilidade pública - "Juros", "Lucros e Dividendos", "Seguros", "Assistência Técnica", etc), deduzidas todas as aplicações respectivas de capitais brasileiros no exterior. Estão de fora desses registros as operações ilegais em paraísos fiscais não atingidas pelos controles da Receita do Brasil ou do Banco Central.

Observe-se que a Conta Serviços cresce de um patamar ao redor de 25,0 bilhões ao ano (entre 2 a 3% do PIB até 1998) para um mais alto nível - a redor de 37,0 bilhões (no entorno de 3 a 4% di PIB) a partir de 2005. Este crescimento reflete várias questões conjunturais, mas para o que ora nos interessa considerar é resultante direta da ampliação do Passivo Externo Líquido do Brasil, ou seja, da elevação do movimento de capitais externos no Balanço de Pagamentos cujos picos se dão entre 2006/2007.

Tabela 1 . Principais Componentes das Transações Externas com Bens e Serviços.

(US\$ bilhões dólares correntes)

Período	Déficit de Serviços	Saldo Comercial (+) ou (-)	Conta Corrente Saldo
1995/98 (média anual)	(-) 23,17	(-) 5,61	(-) 26,44
1999/2002 (média anual)	(-) 25,40	(+) 3,43	(-) 20,10
2003	(-) 23,64	(+) 23,82	(+) 4,63
2004	(-) 25,20	(+) 33,64	(+) 11,71
2005	(-) 34,27	(+) 44,75	(+) 13,99
2006	(-) 37,14	(+) 46,08	(+) 13,62
2007	(-) 40,57	(+) 40,03	(+) 3,55
2008 (*) – janeiro-abril	(-) 19,92	(+) 4,58	(-) 14,07

Fonte: "Conjuntura Econômica" – Abril, vol. 62 n.º 04 de 2008.

(*) Cf. "Conjuntura Econômica" – Junho, vol 62, n.º 6 de 2008.

Há um pressuposto implícito para ampliação das despesas com "Serviços" no conjunto da economia, qualquer que seja a causa dessa elevação. A Balança Comercial precisaria ser fortemente superavitário, sob pena de gerar déficit persistente na Conta Corrente (exemplo da política cambial brasileira 1995/98), que tornaria a situação externa insustentável; ou seja, não financiável por entrada líquida de capitais, como ocorreu no período da virada cambial de 1999.

Esta situação de desequilíbrio externo, verificada no primeiro governo FHC, é objeto de uma mudança estratégica da política de comércio exterior no período 1999/2002, cujos resultados mais expressivos somente iriam ocorrer a partir de 2003. A partir deste ano, a Conta Corrente, bafejada por elevados saldos comerciais, passa a superavitária. Esta nova situação manteve-se até 2007, mas já em 2008 o déficit estrutural de serviços recrudesce e a Conta Corrente passa a deficitária, (ver dados da Tab. 1), com nível provável acima dos 20,0 bilhões de dólares (previsão até final do ano).

Por outro lado, é importante destacar que a estratégia de solução do desequilíbrio externo apoiou-se e continua a se apoiar nas exportações primárias, em especial dos complexos do agronegócio – cujo ritmo crescente mostrou capacidade setorial por reverter o déficit externo para curto período.

O Avanço das Exportações Primárias

Há várias evidências empíricas – das estatísticas do Comércio Exterior e do

Ministério da Agricultura, que apontam para um inusitado movimento recente de expansão do comércio externo de produtos agropecuários, ou de primários de maneira geral.

Seja pelo conceito de "produtos básicos" (Nomenclatura do Comércio de Mercadorias), seja pelo conceito de "produtos do agronegócio" (ver Tabela 2), a expansão primária das exportações é a pedra do toque da reversão do déficit externo a partir de 2000 (Ver Tabelas 1 e 2).

Observe-se que entre 2002/2006 e 1997/2000 as exportações de "Básicos" cresceram 149%, enquanto os "manufaturados" cresceram apenas 76% (Tabela 2). Já no período 2000/2006, pela noção de agronegócio das estatísticas do Ministério da Agricultura, a expansão das exportações é de 140%.

Tabela 2. Principais Componentes das Exportações na Balança Comercial (1990-2006).

	1	2	3	4
Períodos	Básicos média em bilhões de US\$	Manufaturados média em bilhões de US\$	Total média em bilhões de US\$	Exportações do Agronegócio Tx de incremento anual
1999/2000	12,96	29,60	51,81	(-) 4,1%
2000/2002	14,95	32,81	57,89	(+) 9,8%
2002/2006	32,21	52,35	97,14	(+) 18,8%

Fontes: Colunas 1, 2 e 3 – "Conjuntura Econômica" – Abril de 2008.

Coluna 4 MAPA – "Intercâmbio Comercial do Agronegócio – Trinta Principais Parceiros Comerciais" – Edição 2007 – Tabela 1 P.2

Segunda a noção de agronegócio adotada pelo Ministério da Agricultura⁴, "no período 2000-2006, as exportações do agronegócio apresentaram um crescimento de 140%, passando de 20,6 bilhões de dólares para 49,4 bilhões⁵. Isto representa um incremento médio anual de 15,7%, substancialmente mais alto que o verificado na década de 90 – ao redor de 4,7%aa". Esse "boom"

⁴"O Intercâmbio Comercial do Agronegócio" compreende uma balança de comércio externo levantada pelo MAPA para cerca de 2.200 itens de Nomenclatura do Comércio de Mercadorias (NCM). A origem agropecuária é o critério de inclusão nesta listagem.

⁵"Intercâmbio Comercial do Agronegócio",op.cit p.7.

de exportações coexiste e explica a reversão do déficit da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, que passa a superavitária a partir de 2003.

Por outro lado, o viés exportador de vários complexos agroindustriais – principalmente no "Setor Sucro-Alcooleiro", na Pecuária, e na produção de "feed-grains" ocorre em paralelo à relativa estagnação da produção de cereais e grãos típicos do abastecimento interno – arroz, feijão e trigo, cuja trajetória de produção e consumo é bastante restrita no período. (Ver dados da Tabela 3.1).

O crescimento físico das exportações do agronegócio ocorre a taxas de praticamente o dobro do crescimento da produção no período 2000-2008 (ver tabela 3.1), e de praticamente o triplo em relação ao consumo interno, evidenciando que se tomada como tendência continuada, essa trajetória traria certamente problemas ao abastecimento interno.

Por outro lado, se atentarmos para as previsões de crescimento da produção, consumo e exportações dos mesmos produtos listados na Tabela 3.2 (as colunas Δ_2 em vermelho referem-se às previsões da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA para o período 2007/2017), veremos que se mantêm a tendência do período anterior, sob dois aspectos: a) a produção e o consumo de cereais e grãos para consumo humano direto crescem a taxas muito baixas, aquém do crescimento demográfico; b) as carnes (bovina e de frango), "feed-grains" (soja e milho) e álcool apresentam previsões de crescimento das exportações a taxas do dobro relativamente ao consumo interno.

Tabela 3.1. Produção, Consumo e Comércio de alimentos, "feed-grains" e etanol – efetivo e previsto (período 2000/2008 = Δ_1).

Produtos Variáveis	Arroz Δ_1	Feijão Δ_1	Trigo Δ_1	Carne Bovina Δ_1	Milho Δ_1	Soja Δ_1	Frango Δ_1	Álcool Δ_1
Produção (Física)	1,41	4,0	(-) 0,75	8,10	4,97	7,8	6,69	9,2
Consumo Interno	1,45	2,5	0,4	5,17	2,23	4,76	4,74	
Exportação	-	-	-	15,0	10,60	9,81	12,65	35,0% (*)
Importação	-	-	K=0	-	-	-	-	-

Fontes: Período 2000-2008 – www.conab.gov.br (Disponibilidade de Alimentos no Brasil).

(*) Refere-se ao crescimento médio das exportações em dólares correntes de todo o complexo Sucro-alcooleiro.

Tabela 3.2. Produção, Consumo e Comércio de alimentos, "feed-grains" e etanol – efetivo e previsto (período 2000/2008 = Δ_1 , período 2007/2017 = Δ_2).

Produtos Variáveis	Arroz Δ_2	Feijão Δ_2	Trigo Δ_2	Carne Bovina Δ_2	Milho Δ_2	Soja Δ_2	Frango Δ_2	Álcool Δ_2
Produção (Física)	0,85	1,13	1,83	2,27	2,62	2,24	2,98	
Consumo Interno	0,99	1,05	1,49	2,13	1,75	1,71	3,01	
Exportação	-	-	-	5,63	6,07	2,78	5,53	
Importação	-	-	1,76	-	-	-	-	

Fontes: Período 2007-2014 – Projeção AGE/MAPA, conforme previsões elaboradas por José G.Gasquez em "paper" a publicar.

Observe-se que as previsões do Ministério da Agricultura para o período 2007/2017 são consistentes com a estratégia do período anterior. Mas não é provável que possam ser consistentes com equilíbrio da Conta Corrente.

Por sua vez, as pressões inflacionárias a que nos referimos no início tendem a se agravar, se o ritmo de crescimento da produção, do consumo e das exportações dos próximos anos mantiver o mesmo padrão observado nestes sete anos precedentes. Isto porque ao fator externo de pressão de custos e demanda, teremos adicionado um fator interno, de ajuste prioritário da Conta Corrente pelas exportações primárias.

O Papel Atribuído ao Agronegócio na Gestão da Conta Corrente do BP

Depois da crise cambial de 1999, há evidência de que a política macroeconômica e setorial (agrícola) do segundo governo Fernando Henrique Cardoso perseguiu persistentemente a redução do déficit na Conta Corrente do BP, mediante incentivo às exportações de produtos primários. O primeiro governo Lula colhe os frutos dessa política já em 2003 – com a geração de "superávit", situação que se mantém até 2007 (ver Tabela 1). O reaparecimento do déficit na Conta Corrente, com evolução muito acentuada no quadrimestre jan/abril de 2008, faz prever para o ano inteiro um déficit algo acima de 2% do PIB.

Há várias explicações conjunturais para o ressurgimento do "déficit-externo" – alta valorização do real, fluxo exacerbado de remessa de lucros em 2008, alta

elasticidade das importações industriais em relação ao crescimento do PIB etc. Todas essas explicações merecem a devida contextualização e possivelmente sejam todas válidas. Mas para o tema que ora nos preocupa – o impacto do "boom", exportador de "commodities" sobre os preços dos alimentos; é possível que a política econômica busque novos incentivos às exportações de primários como via de equacionamento do desequilíbrio externo; ainda mais se houver situação deficitária persistente e forte. Essa estratégia certamente não alivia, mas agrava uma provável pressão persistente sobre os preços dos alimentos, ainda mais se a economia crescer ao ritmo previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (no entorno de 5,0% a.a. até 2011).

Ora, há indícios de que a Conta Serviços do BP apresenta tendência de expandir sua pressão deficitária, principalmente a partir de 2005, quando a economia demonstra sinais de crescimento. O saldo de ingresso de capitais externos no BP dá um salto de 16,0 bilhões em 2006 para 88,9 em 2007⁶. Por seu turno, a condição de "Investment Grade", conquistada pelo País em início de 2008, corrobora ainda mais a entrada de capitais, com conseqüente elevação do estoque de Passivo Externo e subseqüente pressão sobre "Serviços".

Isto posto, parece provável que no próximo decênio a política de exportação a qualquer custo posta em execução no período 2000-2008 seja recalibrada e persiga a mesma tendência das exportações, produção e consumo interno dos alimentos, "feed-grains", carnes e etanol, que perseguiu nos últimos sete anos.

Isto está de certa forma implícito nas previsões do Ministério da Agricultura para o período 2007-2017 (ver tabela 3.2), quando de certa forma se repõem as tendências de expansão do agronegócio exportador, com certo viés restritivo para o consumo interno.

Observe-se que o ajuste do BP que se fez no período 2000-2007, encontra paralelo em idêntica política adotada no período 1982-84, durante o período do Governo Figueiredo, quando o déficit na Conta-Corrente é "equacionado", também mediante forte estímulo às exportações de primários, provocando em pouco tempo a reversão da conta.

A situação conjuntural (do período 2000-2007), conquanto persiga o mesmo objetivo do ajuste de 1982/84, parece indicar uma orientação estrutural para uma certa especialização do comércio exterior na competitividade do setor primário.

⁶Saldo de Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos em final de cada ano – cf. "Conjuntura Econômica" - abril de 2008.

Se esta hipótese for verdadeira, as conseqüências tendem a ser preocupantes sobre os preços dos principais alimentos da cesta básica.

Observe-se, que da análise precedente pode-se deduzir uma pressão estrutural crescente da Conta Serviços do BP sobre a Conta Corrente. A principal causa seria a elevação do Passivo Externo do País. Em tais circunstâncias o efeito compensatório das exportações de produtos primários é muito pouco provável de que seja suficiente para compensar o déficit de Serviços. Haveria pelo caminho da livre entrada de capitais, tendência crescente à valorização cambial e provável acumulação de déficits em Conta-Corrente persistentes.

Por sua vez, a forte especialização na exportação primária que a presente estratégia externa contém pode conduzir a um tríplice desequilíbrio: desequilíbrio nas transações externas, pressão crescente sobre o preço dos alimentos, cuja equação conservadora consiste em retornar a economia aos patamares da estagnação, monitorada pela política de juros do BACEN.

Conclusões

Parece-nos que há várias orientações da política econômica, (e não apenas uma política isolada de fomento à substituição energética), que convergem no mesmo sentido de elevação significativa da exportação líquida do setor primário, tendo em vista suprir um papel compensatório ao déficit estrutural das transações externas do País. As implicações dessa política no presente têm as seguintes potenciais implicações, para o que ora nos interessa focalizar:

1. Exercem pressão sobre os preços dos alimentos, sob diferentes condições. Em situação de alta valorização cambial, como a atual, tal pressão primária provem de uma conjuntura de elevação de preços externos das "commodities".

Mas ainda que tal pressão se aliviasse no curto prazo, persistiriam os requerimentos de aceleração das exportações primárias, demandadas por ajustar a Conta Corrente do BP, recalibrados agora com a elevação do Passivo Externo Líquido.

2. Uma hipótese de pressão inflacionária também ocorreria se mudanças na política cambial alterassem significativamente (para menor) o grau de valorização cambial do real, fruto de alguma política mais ampla de ajuste da conta-corrente do BP do País.

3. Em quaisquer das situações anteriores (1,2) políticas de gestão da inflação pela via dos juros, como tem sido a tendência do Banco Central brasileiro, funcionam no sentido de cortar o crescimento da demanda interna e do PIB, sem afetar a causalidade específica da fonte de tensão inflacionária. Sem eficácia

específica para combater o foco inflacionário, tal política pode conduzir a combinação perversa de estagnação e inflação.

4. A política de sinalização para ampliação significativa de oferta interna de alimentos que o Ministério da Agricultura agendou no Plano de Safra 2008/2009 é positiva no sentido de reestruturar o perfil desta produção. Mas é insuficiente para reverter às tensões inflacionárias que se originam dos fatores externos e internos aqui levantados.

5. O "boom" exportador se configura especialmente na produção de "feed-grains" (soja e milho) e na cana-de-açúcar, que na safra do ano censitário de 2007 afetavam no seu conjunto 55,8% da área de lavouras. Por seu turno, como a estratégia exportadora também está presente na Pecuária bovina e no setor de Papel e Celulose, deve ocorrer entre esses setores intensa disputa pela utilização da área explorável, com conseqüências de forte valorização e especulação sobre o preço da terra.

6. É inevitável que a expansão conjugada de "feed-grains", cana-de-açúcar, pecuária e florestas plantadas para papel e celulose, no ritmo que se lhes impõe para equacionar contas externas, exerça forte pressão por incorporação de novas áreas de cultura de lavouras. Basta observar que entre 1995 e 2006 (datas de plantio dos respectivos Censos Agropecuários), a expansão de áreas de lavoura foi de 34,9 milhões de hectares (83,5% em onze anos), o que significa taxa anual de incremento de 5,7% em média.

Destaque-se ademais, que todos os principais setores diretamente envolvidos no "boom" exportador, caracterizam-se como monoculturas de grandes propriedades. Neste sentido, sua expansão, tem claro viés de concentração fundiária e de renda rural.

7. As várias conseqüências do ajuste do Balanço de Pagamentos pelo setor primário, com a eleição específica do setor sucro-alcooleiro para protagonista de um PROALCOOL-Mundial configuram um padrão de "reprimarização" da economia brasileira, com características de ampliação da desigualdade social; e também com prováveis efeitos inflacionários. Por seu turno, as medidas anti-inflacionárias em execução pelo Banco Central cortam todos os incentivos para disseminação da demanda interna, sem foco nas causas geradoras da pressão sobre os preços agrícolas.

8. A tese básica deste texto é de que a tensão inflacionária presente na conjuntura é uma questão de caráter estrutural e não apenas conjuntural e tem conexão direta com a forma de inserção externa do setor primário nas transações internacionais. No curto prazo esta tensão e as políticas econômicas em gestação tendem a provocar crescimento da oferta interna agrícola, desaceleração da

demanda global e aprofundamento de especialização primário-exportadora. Mas tal arranjo de medidas não resolve os fatores causais estruturais do problema em foco. Repõem-no mais adiante.